



Anais da Assembléia

AVULSO

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 23 DE NOVEMBRO DE 1983

ANO IX

MENSAGEM Nº 142/83

Curitiba, 09 de novembro de 1983.

Senhor Presidente.

Na forma do disposto no art. 24, inciso II, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada consideração dessa augusta Assembléia Legislativa a inclusa proposta de Emenda Constitucional que altera a redação do art. 150 da Carta Estadual.

A pretendida alteração ao texto do art. 150, da Constituição é formulada, a fim de que a Junta Comercial do Paraná, entidade de personalidade jurídica de direito público, de natureza autárquica, ora constitucionalmente vinculada à Secretaria de Estado da Justiça passe à vinculação da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, com a qual a referida Junta Comercial melhor identifica-se administrativamente, em razão de seu âmbito de atuação e das atribuições que lhes são cometidas pela legislação federal e estadual pertinentes.

A anexa Exposição de Motivos firmada pelo Senhor Secretário de Estado da Indústria e do Comércio, esclarece, com o necessário detalhamento, sobre o alto significado, oportunidade e elevado interesse público de que é revestida a Emenda Constitucional em causa.

Certo de que a proposição ora submetida à alta apreciação desse egrégio Legislativo merecerá acolhimento e conseqüente promulgação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná no uso de suas atribuições e tendo em conta o que foi aprovado pelo Plenário, PROMULGA a seguinte Emenda à Constituição do Estado:

Artigo único — O artigo 150 da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 150 — Passam a integrar a Secretaria da Justiça: o Departamento de Estabelecimentos Penais e o Conselho Penitenciário".

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Governador:

Considerando que é preocupação do governo, o aperfeiçoamento das ações do Poder Executivo, no desempenho de atividades de interesse público, buscando um ordenamento mais

racional às diferentes unidades administrativas, bem como objetivando uma maior eficácia na prestação de serviços à coletividade, articulando-se com os demais Poderes em um esforço conjunto e integrado na busca do desenvolvimento estadual;

As atividades e serviços referentes ao registro do comércio e atividades afins estão sob a supervisão, orientação e coordenação, no plano técnico, do Departamento Nacional do Registro de Comércio - DNRC, e no plano jurídico, com funções consultivas e fiscalizadoras, à Divisão Jurídica de Registro do Comércio - DJRC, órgãos integrantes da Secretaria do Comércio do Ministério da Indústria e do Comércio;

As Juntas Comerciais, nos termos da Lei Federal n.º 4.726/65, são subordinadas administrativamente aos Governos dos Estados, e tecnicamente aos órgãos e autoridades do Ministério da Indústria e do Comércio;

Considerando, também, o disposto na Portaria n.º 93/68, do Ministério da Indústria e do Comércio, que aprova o Regimento da Junta Comercial do Distrito Federal, aplicando às demais Juntas Comerciais do País, no que couber, as disposições do mesmo Regimento, infere em sua introdução — "considerando ser a Junta Comercial do Distrito Federal órgão padrão do Registro do Comércio, e a necessidade de se manter uniformidade e harmonia no sistema de registro do comércio e atividades afins no País, de conformidade com a Lei n.º 4.726/65;

A Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio tem desenvolvido programas e projetos em conjunto com o Ministério da Indústria e do Comércio, através de acordos e convênios, facilitando o atingimento dos objetivos propostos, tanto na esfera federal quanto estadual;

Considerando que a similaridade dos órgãos estaduais com os da União, suas áreas de ação e programas desenvolvidos, tem facilitado sobremaneira a cooperação mútua e o desenvolvimento de programas integrados, bem como permitindo a articulação de iniciativas estaduais com os esforços de desenvolvimento do Governo Federal, em programas que melhor atendam às necessidades e aspirações do Estado do Paraná;

Considerando, portanto, o ordenamento e adequação dos diversos órgãos componentes do Poder Executivo do Estado com suas áreas de ação afins, vimos propor ao elevado julgamento de Vossa Excelência, a vinculação da Junta Comercial do Paraná à Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, e que, para tanto, seja enviada mensagem à Assembléia Legislativa, a fim de promover emenda à Constituição do Estado, alterando o artigo n.º 150.

Curitiba, 01 de agosto de 1983.

(a) FRANCISCO SIMEÃO RODRIGUES NETO
Secretário de Estado da Indústria e Comércio